€mpreender

economia | negócios | investimentos

2º semestre | 2010

Norberto Diver

Associação de Turismo dos Açores

João Santos.
Não vale a pena criticar o mercado de capitais 04

Novo Empreende Jovem 14

Colóquio Nacional da Qualidade 22

ficha técnica

director
Arnaldo Machado

coordenação
Jorge Pereira

coordenador do espaço GE
Paulo Carreiro

propriedade
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

impressão
Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem
600 exemplares

contactos
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel: 296 309 100 | Fax: 296 288 491
draic@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

Associação de Turismo dos Açores

índice

3 **nota de abertura**
Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

4 **opinião**

Não vale a pena criticar o mercado de capitais

A Qualidade como estratégia

Entrevista : Um empreendedor que não se acomoda

13 **espaço GE**

Empreende Jovem
Uma ferramenta ao serviço do empreendedorismo jovem

Suspensão temporária de direitos aduaneiros

17 **notícias**

23 **estatísticas**

Associação de Turismo dos Açores

nota de abertura

Chegamos, uma vez mais, à altura do ano em que se impõe um olhar crítico sobre a nossa actuação passada e, principalmente, o que perspectivamos para o médio e longo prazo e quais os passos que vamos dar em 2011 para lá chegarmos.

Este será mais um ano de desafios para todos – indivíduos, famílias, sector público, mas sobretudo para as empresas.

Neste décimo número da €mpreender, João Cabral dos Santos deixa-nos a sua opinião sobre como pode Portugal inverter a sua situação no que concerne ao acesso ao mercado financeiro internacional. O Vice-Presidente do Federal Reserve Bank of New York afirma que a estratégia portuguesa tem, já em 2011, de surpreender, pela positiva, os mercados financeiros, prevendo medidas que se dirijam à origem do défice excessivo das contas públicas, mas também que sejam implementadas políticas que contribuam para o aumento da produtividade do país.

O papel que a qualidade pode desempenhar no nosso processo de afirmação no mercado global é o tema central do artigo assinado pelo Presidente da Associação Portuguesa para a Qualidade, José Figueiredo Soares. Este dirigente é peremptório ao afirmar que existe uma janela de oportunidade para Portugal, que apenas poderá ser aproveitada se conseguirmos adoptar práticas de gestão eficientes, inovadoras e sustentáveis.

Figueiredo Soares afirma também a necessidade de fazermos, todos, parte de um Plano Nacional para a Excelência dirigido às empresas, ao sector público, às organizações sociais e à restante sociedade.

Ainda neste número ficamos a conhecer o percurso de Victor Mendes, empreendedor e empresário, que apostou num destino aparentemente pouco provável para o desenvolvimento das várias actividades empresariais em que participa: a ilha Graciosa. Fique a conhecer as suas vitórias e derrotas e as oportunidades e desafios que se colocam às empresas que gere.

Aproveitemos assim estas várias opiniões e experiências e utilizemo-las como ponto de partida para as nossas reflexões.

Bom ano de 2011 e bons negócios.

Arnaldo Machado
Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

JOÃO CABRAL DOS SANTOS

Vice-Presidente do Federal Reserve Bank of New York Desenvolve trabalho de investigação nas áreas de design de sistemas financeiros, banca e regulação bancária e finanças empresariais.
Os seus trabalhos podem ser lidos em publicações como Journal of Finance, Review of Financial Studies, Journal of Financial Economics, Journal of Monetary Economics, Journal of Accounting and Economics, European Economic Review, Journal of Financial Intermediation, Journal of Money Credit and Banking, Journal of Banking and Finance, Financial Management, Journal of Financial Services Research, Journal of Corporate Finance e em várias publicações da Reserva Federal Americana.
Foi licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em 1986, tendo obtido o master e doutoramento na mesma área, pela Universidade de Boston, em 1995.

Não vale a pena criticar o mercado de capitais

Nos últimos meses têm aumentado em Portugal as críticas ao mercado de capitais em virtude das taxas de juro elevadas exigidas ao país para financiar a sua dívida externa. As críticas são inconsequentes, e mais importante, falham o alvo – a origem para as taxas de juro elevadas não está no mercado de capitais, mas sim em Portugal.

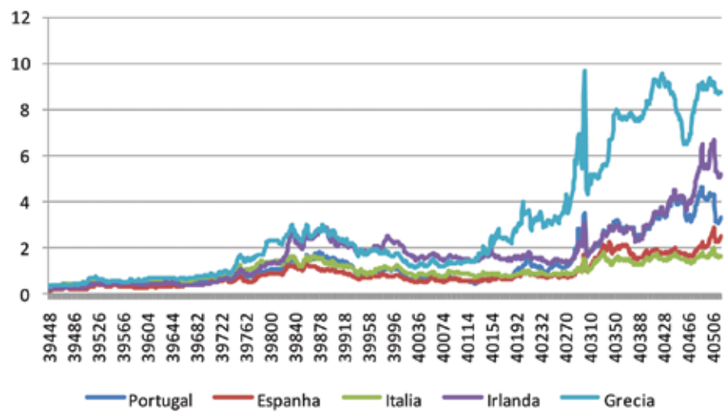
O Mercado da dívida soberana, como qualquer outro mercado de capitais, serve várias funções. Oferece aos emitentes, nesse caso os Estados soberanos, a possibilidade de emitirem títulos de dívida pública em troca de financiamento para colmatarem as suas necessidades. Oferece aos investidores a possibilidade de transaccionarem os seus títulos sem que tenham de esperar que os mesmos alcancem a maturidade. Por último, produz informação sobre os emitentes. Por exemplo, as taxas de juro que os investidores exigem para comprar ou transaccionar os títulos da dívida pública de um país são um bom indicador do risco de incumprimento daquele país. Como seria de esperar, quanto mais elevado for o risco de incumprimento maior serão as taxas de juro que os investidores exigem para adquirirem títulos da dívida pública do país.

Em Portugal, vários sectores têm sugerido que as taxas de juro que o mercado tem exigido ao país nos últimos tempos não reflectem o verdadeiro risco de Portugal, mas são sim o resultado de factores externos a Portugal, incluindo erros de percepção do risco do país, efeitos de contágio associados com os problemas na Grécia e Irlanda, a acção dos especuladores, e mais recentemente a proposta da Alemanha para que os investidores façam concessões no caso de haver necessidade de reestruturar a dívida de um país.

Alguns desses factores têm certamente contribuído para o aumento das taxas de juro que os investidores exigem a Portugal e a outros países da zona do Euro, mas no essencial o mercado da dívida soberana tem distinguido os vários países de acordo com o seu risco. Isso é evidente no gráfico reportado ao lado que mostra a diferença das taxas de juro dos títulos da dívida pública a 10 anos dos países da chamada zona periférica do Euro (Espanha, Grécia, Itália, Irlanda e Portugal) e a taxa de juro dos mesmos títulos emitidos pela Alemanha. Dado que a Alemanha é o país com menor risco de incumprimento, a diferença da taxa juro representada naquele gráfico é uma boa medida daquilo que os investidores acham ser o risco de incumprimento de cada um daqueles cinco países.

Como se pode ver no gráfico, é aparente que os investidores têm diferenciado os vários países e têm reagido quando surge informação pertinente sobre o risco de cada um deles. Se não vejamos. Até ao princípio de 2008, aqueles cinco países pagavam taxas de juro semelhantes para se financiarem no mercado internacional. Quando no segundo semestre de 2008 começaram a surgir informações sobre os problemas das finanças públicas na Grécia, o mercado reagiu e passou a distinguir os títulos da dívida pública Grega dos títulos

Spreads dos títulos de dívida pública



...é fundamental que Portugal mude de estratégia e tente "surpreender" os mercados financeiros pela positiva...

daqueles restantes países. Quando no primeiro semestre de 2009 começaram a surgir notícias de problemas nos bancos Irlandeses e sobre as implicações desses problemas para as finanças públicas daquele país, o mercado reagiu e passou a exigir taxas mais altas à Irlanda. Até ao inicio de 2010 os investidores exigiam taxas de juro semelhantes a Portugal, Espanha e Itália. É a partir dessa altura que Portugal começa a descolar da Espanha e da Itália e a aproximar-se da Irlanda. Esse aumento nas taxas de juro exigidas a Portugal, no entanto, não surge por acaso. Ele aparece no seguimento de informações pertinentes que começaram a surgir sobre o desempenho da economia Portuguesa, o seu endividamento externo e o nível do défice público, entre outras, que indicavam um aumento do risco da dívida pública Portuguesa.

Induzido pelas taxas de juro baixas que prevaleceram no mercado internacional durante vários anos, Portugal aproveitou essas condições para se financiar no exterior. Fê-lo no entanto de forma excessiva. Mais, fê-lo em muitos casos para financiar investimento de qualidade duvidosa como se atesta pela fraca melhoria da produtividade do país nos últimos anos, não criando portanto as condições necessárias para fazer face ás exigências financeiras resultantes daquele endividamento.

Face à tépida melhoria da produtividade do país e ao nível de endividamento externo a que chegou, regras de prudência sugeriam que Portugal começasse a reduzir a sua dependência no financiamento externo se não quando a crise financeira começou na segunda metade de 2007, certamente quando a crise da dívida soberana despoletou com os problemas na Grécia em 2008. O país, no entanto, não optou por essa via, nem mesmo quando a crise da dívida soberana se agravou com os problemas na Irlanda em 2009. E, quando no início de 2010 a atenção começou a centrar-se em Portugal, no seguimento das informações sobre a derrapagem das contas públicas e sobre o agravamento do endividamento externo, quando tudo sugeria a necessidade de fazer reformas significativas para reduzir a nossa dependência no financiamento externo e assim convencer os mercados que o país tinha mudado de rumo, Portugal optou por uma estratégia minimalista evitando fazer reformas estruturais, aparentemente na expectativa que, uma vez resolvido o problema Grego e posteriormente o problema da Irlanda, os investidores reconhecessem que Portugal era diferente daqueles países e voltassem a exigir taxas de juro mais baixas.

Como era esperado, e agora evidente, essa estratégia não resultou. Não resultou porque o aumento das taxas de juro exigidas a Portugal deveu-se em boa parte à degradação das condições económicas do país e não a um efeito de contágio resultante dos problemas na Grécia e Irlanda. Aquela estratégia não resultou também porque o mercado percebeu que as medidas que foram propostas não contribuíam para um aumento da produtividade do país e no geral não atacavam a origem do problema do défice excessivo das contas públicas. Além disso, as sucessivas derrapagens das contas públicas começaram a suscitar dúvidas sobre a capacidade das autoridades Portuguesas controlarem as contas públicas e implementarem os programas de redução da despesa que entretanto aprovaram.

Face às taxas de juro actualmente exigidas a Portugal no mercado internacional e ao elevado montante da dívida pública de médio e longo prazo que o país tem de refinanciar na primeira metade do próximo ano, é fundamental que Portugal mude de estratégia e tente "surpreender" os mercados financeiros pela positiva. Só a adopção de medidas que efectivamente ataquem a origem do défice excessivo das contas públicas e a implementação de políticas que contribuem para um aumento da produtividade do país conjuntamente com informação favorável sobre a execução orçamental pode convencer os investidores a reduzirem as taxas de juro que exigem a Portugal para níveis sustentáveis.

As opiniões apresentadas nesse artigo são da inteira responsabilidade do seu autor e não representam necessariamente as opiniões do *Federal Reserve Bank* of *New York* ou do *Board of Governors of the Federal Reserve System*.

JOSÉ FIGUEIREDO SOARES

Presidente da Direcção da APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade.
Licenciado em Engenharia Electrotécnica (ramo de Telecomunicações e Electrónica), pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, tendo realizado uma pós-graduação em Engenharia da Qualidade pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de Soldadura e Qualidade e em Alta Direcção de Empresas pela AESE Escola de Direcção e Negócios.
É actualmente Director de Sustentabilidade e Ambiente do Grupo EDP.

A Qualidade como estratégia

1. A Qualidade e a Excelência, com os seus princípios, metodologias e valores focados no reforço da cultura organizacional, na interacção entre as diversas partes interessadas e na gestão económica, social e ambientalmente responsável dos processos de negócio, estão entre as abordagens estruturantes das respostas que, empresas, organizações do terceiro sector e órgãos da administração, terão de ensaiar, face às profundas transformações dos seus contextos internos e externos, que decorrem da prolongada crise financeira e económica com que nos deparamos.

Por outro lado, é hoje objecto de amplo consenso que a estratégia de desenvolvimento do tecido económico nacional passa, cada vez mais, pela diferenciação pela excelência, a qual pressupõe eficiência acrescida no desempenho e adequada gestão do risco, da inovação e da aprendizagem organizacional.

Todas estas variáveis, cujo domínio pelas pequenas e micro empresas, que constituem a parte mais significativa e vulnerável da nossa economia, é fulcral para o sucesso das políticas estabelecidas, encontram eco nas abordagens sistémicas da Qualidade.

2. É inegável o progresso que se tem vindo a verificar na qualidade dos produtos e serviços produzidos em Portugal, não sendo raros os casos de excelência, muitos deles objecto de reconhecimento nos mercados externos, nos quais se conseguem diferenciar positivamente pela inovação e/ou sofisticação tecnológica que demonstram. Também a Administração Pública tem sido objecto de persistente modernização de processos e de melhoria da qualidade dos serviços prestados, preparando as profundas transformações que devem ainda ocorrer para que sejam consolidadas as condições de entorno necessárias ao sustentado crescimento da nossa economia.

Contudo, do ponto de vista da maturidade das abordagens e da extensão e profundidade da sua implantação na sociedade, o panorama da Qualidade em Portugal é ainda marcado por condicionalismos estruturais com efeitos negativos, entre os mais significativos dos quais se encontram:

A persistente dificuldade em afirmar a Qualidade como característica intrínseca e generalizada da oferta de produtos e serviços, tanto no mercado interno, como no externo. Apesar das sucessivas campanhas, o consumidor português continua a, implicitamente, associar maior qualidade aos produtos oriundos dos mercados exteriores e, quando não é esse o caso (e.g. os produtos oriundos de alguns dos mercados do extremo oriente), a sistematicamente desvalorizar a qualidade face aos inferiores preços de aquisição;

Baixa cultura de exigência e de rigor – que, com diferentes formas e em diferentes graus, atravessa toda a Sociedade - propícia ao facilitismo e à desresponsabilização dos diferentes agentes que intervêm nos processos de entrega de produtos ou de serviços, tanto no sector privado, como no público;

Baixa qualificação dos executantes e dos gestores e empresários, em particular nas técnicas e metodologias da gestão pela Qualidade, dificultando o *empowerment* e a aprendizagem organizacional, necessários para suportar os níveis superiores de agilidade, flexibilidade e capacidade de inovação, que hoje se requerem às empresas e à Administração;

Desvalorização das actividades de infraestruturação e qualificação dos sistemas de gestão, em resultado do menor protagonismo das entidades que integram o Sistema Português da Qualidade (SPQ) e da progressiva redução do financiamento dessas actividades, facto que tem contribuído para o afastamento das empresas e, não raramente, também das respectivas associações sectoriais;

Falta de visibilidade da Qualidade enquanto vector estratégico da construção do Portugal moderno e da promoção, de uma cultura de exigência e de excelência, em resultado da ausência de uma praxis política consistente, persistente e mobilizadora dos diversos agentes económicos, bem como da manifesta insuficiência das práticas de reconhecimento e premiação dos desempenhos de excelência.

Apesar das muitas iniciativas que, ao longo do tempo, têm sido ensaiadas, estes condicionalismos persistem, constituindo entrave significativo à necessária transformação dos agentes económicos no sentido da melhoria sustentada dos seus desempenhos e, finalmente, dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade portuguesa.

Apesar das sucessivas campanhas, o consumidor português continua a, implicitamente, associar maior qualidade aos produtos oriundos dos mercados exteriores e, quando não é esse o caso (e.g. os produtos oriundos de alguns dos mercados do extremo oriente), a sistematicamente desvalorizar a qualidade face aos inferiores preços de aquisição

... o papel das políticas públicas é determinante na mobilização e estímulo dos agentes económicos – neles incluindo a própria Administração Pública – para a adopção de práticas de gestão eficientes, inovadoras e sustentáveis, orientadas para a criação de valor económico e social para as diferentes partes interessadas, condição do seu sucesso sustentado ...

3. A actual crise, se bem que trazendo significativos factores de restrição ao crescimento da actividade económica no curto prazo e apelando à concentração de esforços na remediação de situações de grande carência social, abre também inúmeras oportunidades de afirmação dos factores que nos podem diferenciar no mercado global em que competimos.

Pensamos que, neste contexto, Portugal se encontra perante uma janela de oportunidade, relativamente à qual, mais do que nunca, o papel das políticas públicas é determinante na mobilização e estímulo dos agentes económicos – neles incluindo a própria Administração Pública – para a adopção de práticas de gestão eficientes, inovadoras e sustentáveis, orientadas para a criação de valor económico e social para as diferentes partes interessadas, condição do seu sucesso sustentado.

Atingir eficazmente este objectivo, implica a definição e partilha alargada aos diversos agentes políticos e económicos de uma Visão sobre o estado futuro que queremos atingir no mundo globalizado em que já nos encontramos, sobre as competências que necessitamos de desenvolver enquanto pessoas e sociedade e sobre os factores distintivos de excelência que queremos evidenciar. Implica ainda mobilizar as energias, a capacidade de cooperação e os recursos adequados para a concretização desta Visão.

Em paralelo e considerando a importância crescente da formação profissional, quer na perspectiva da formação inicial, quer na da formação ao longo da vida, o atingimento daqueles objectivos implica que os agentes do sistema de educação/formação contemplem, nos curricula das ofertas formativas, as temáticas relevantes nos domínios da qualidade e excelência organizacional, promovendo a melhoria das condições de inserção na vida activa e a contínua adequação das competências adquiridas às novas exigências do mercado de trabalho.

4. Entendida hoje a qualidade como uma multiplicidade de disciplinas que, de uma forma integrada, contribuem para a elevação dos níveis de desempenho das organizações, quaisquer que sejam as suas natureza e dimensão, numa caminhada para a excelência organizacional, chegámos a um ponto de viragem em que os diferentes agentes económicos são chamados a dar o seu contributo para um Portugal cada vez mais competitivo no contexto da economia global em que se posiciona.

Trata-se, afinal, de fazer parte de um "Plano Nacional para a Excelência", ousado nos objectivos e metas e abrangente nos agentes envolvidos, que permita:

> Às empresas, afirmarem-se, nos mercados extremamente competitivos onde jogam o seu futuro, pela orientação para o cliente, pela inovação de produtos e serviços e pela qualidade e responsabilidade da gestão;
>
> À Administração Pública, criar as condições de contexto necessárias à manutenção de elevados níveis de desempenho por parte das diferentes entidades de apoio ao cidadão e prestar, ela própria, serviços de reconhecida excelência;
>
> Às organizações do terceiro sector, dotarem-se dos adequados recursos, técnicos e humanos, que lhes permitam responder adequadamente às crescentes necessidades de apoio social, num contexto de profundas alterações na estrutura demográfica e social; e
>
> À sociedade portuguesa, crescer no exercício responsável da cidadania, desenvolvendo níveis superiores e sustentados de qualidade de vida.

5. O 35.º Colóquio da Qualidade que, subordinado ao tema "Qualidade um Mar de Oportunidades", a Associação Portuguesa para a Qualidade recentemente realizou em Ponta Delgada, constituiu uma excelente ocasião para, de forma aprofundada e amplamente participada, serem debatidos muitos dos temas da Qualidade e das estratégias de desenvolvimento das respostas organizacionais que hoje reconhecemos como imprescindíveis para o sucesso sustentado das nossas organizações.

Temos esperança que o debate gerado possa ter sido inspirador e mobilizador de acção para todos quantos, no todo nacional e, em particular, na Região Autónoma dos Açores, encontram na Qualidade a estratégia vencedora para os extraordinariamente exigentes contextos, sociais e de mercado, em que são hoje chamados a actuar.

VITOR MENDES

Gracipescas, Actividades Marítimas, Lda.

Um empreendedor que não se acomoda

Fale-nos um pouco de si e do seu percurso de vida. Que sonhos e objectivos idealizou?

Nasci na ilha Terceira em 1964, por onde pouco tempo andei, pois até fazer a 4ª classe aos 10 anos que conclui nessa mesma ilha, percorri terras de Aveiro, Graciosa, São Miguel e Faial. Tudo isto por razões profissionais do meu pai.

Também na ilha Terceira vivi até aos 18 anos aonde no ensino secundário enveredei pelas áreas da electromecânica, altura em que concorri para os CTT (a actual PT), ingressando nas suas fileiras em1983. Nessa época era-nos logo dada uma dose formativa muito intensa e prolongada, que durou até 1986, acabando como electrotécnico especializado em feixes hertzianos, seguindo-se 16 meses de serviço militar obrigatório, na Escola Prática de Transmissões no Porto. Acabado o serviço militar, continuei nas telecomunicações e na formação, tirando sistemas digitais, fibras ópticas, gestão de equipes e de conflitos, ar condicionado, sistemas de alarmes de intrusão e de detecção e extinção de incêndios, etc.. Em 1988 vim à ilha Graciosa numa comissão de serviço de 4 meses, e ainda cá estou.

Numa ilha pequena como a Graciosa, as ambições profissionais são muito limitadas, e se tivermos em conta a minha experiência de vida na infância, logo se percebe que iria ser uma pessoa pouco "acomodada" à estagnação.

Comecei em horário pós laboral, com uma oficina de reparação de TV. Em simultâneo virei-me para o mar, e em 5 anos de estudo e prática, onde refiro astronomia náutica, trigonometria esférica e muita navegação, percorri a hierarquia da habilitação de navegador de recreio, de marinheiro a Patrão de Alto Mar, passando de seguida para a pesca profissional, tendo chegado em 1999 a Mestre de Arrais de Pesca. Em 2001 fui condecorado pelo Instituto de Socorros a Náufragos, por ter resgatado 8 tripulantes aquando do encalhe do navio CORVO.

A actividade que hoje desenvolve fazia parte das suas aspirações?

De um modo geral a actividade que desenvolvo hoje está dentro das minhas aspirações. No entanto, e como atrás disse o facto de a desenvolver num espaço tão limitado em vários sentidos, faz com que o percurso tomado seja sinuoso.

É difícil gerir uma empresa com a dimensão da sua uma vez que engloba vários tipos de actividade, desde a animação e alojamento turístico à construção civil? Que desafios enfrentaram quando a empresa abriu as portas e quais são hoje os seus maiores desafios?

O sector empresarial que está sob a minha gestão, dada quer à sua dimensão, à sua diversidade de actividades, quer dada à conjuntura actual, e à dimensão do mercado, exige esforços redobrados no que toca a todas as decisões que são tomadas. Está também patente na personalidade de cada empresário, aquilo que considera prioritário.

Neste momento defendo a ideia de que o esforço deve ir no sentido de assegurar tanto quanto possível os postos de trabalho fomentados pelas empresas, dignificando o trabalho de quem os ocupa, e em simultâneo assegurar a saúde dessas mesmas empresas.

Conte-nos um pouco do percurso da sua empresa....

A empresa mãe "Casa Araújo", foi criada em 1993 e dedicava-se, na altura, só ao comércio de vestuário, isto porque estava casado há dois anos e a minha mulher que é Técnica Oficial de Contas não tinha emprego certo, e como ambos temos este "bichinho do fazer acontecer", pusemos mãos à obra. Mas este era um ramo que não me dizia muito, e como estava estagnado em termos de carreira na empresa onde trabalhava, faltava-me dar um passo num campo que me fosse mais favorável. Em 1995 surgiu a oportunidade de adquirir uma loja de ferragens que já estava em fim de vida, e o passo foi dado. Em 1996 abrimos uma papelaria que estando já há algum tempo fechada fazia parte da loja de ferragens. Foram feitas obras de modernização em ambos os espaços adquiridos, aumentamos os ramos de actividade, para materiais de pesca, ferramentas eléctricas, etc., e os negócios lá foram prosperando, de tal modo que em 2000 decidimos avançar para um novo espaço, neste caso uma loja armazém, onde, aproveitando a vantagem comparativa de que já tínhamos, iniciamos uma indústria de caixilharia de alumínios.

Na mesma altura, e como me pareceu não ser seguro ficar dependente só do mercado interno, resolvi que tinha de apostar em algo mais virado para o exterior. Então como tinha acabado de tirar a carta de Arrais de Pescas, e aqui a pesca era ainda muito artesanal, com pequenas embarcações de boca aberta, achei por bem enveredar por aí.

Também como na altura não havia oferta Marítimo-Turística, e já há 10 anos que tinha barcos, e vinham pessoas pedir-me esses serviços, avancei com a formação de uma empresa nesse sentido, que se chama Gracipescas, Actividades Marítimas. No entanto na mesma altura, e por via do incentivo à renovação da frota pesqueira, dá-se o "BOOM" da conversão dessa mesma frota, e os pescadores passaram a ser armadores, passando a haver mais barcos que pescadores, fazendo com que a estratégia da empresa fosse mais no sentido do turismo e prestação de serviços marítimos.

Em 2003 e com a falta de oferta hoteleira na ilha, decidimos avançar para a construção de uma unidade de turismo rural - Casa das Faias -, a qual foi inaugurada em 2008.

Em 2006 e já com 17 pessoas a trabalhar nas empresas, foi chegada a altura de deixar o conforto de 23 anos ao serviço da PT e seguir em frente.

No decorrer do tempo de construção da unidade hoteleira, a emblemática empresa de construção civil desta ilha, Vila Jardim, que era o empreiteiro dessa obra, perde o seu sócio gerente, pondo a família, a mesma empresa à venda. Ponderando os prós e contras, e por uma questão de estratégia avançamos com a sua aquisição, em 2007, ano em que também por uma questão de estratégia adquirimos uma carpintaria.

Com todos estes investimentos neste momento, temos cerca de 40 pessoas responsáveis pelo funcionamento deste conjunto de três empresas.

As ideias de negócios têm vindo a surgir ao longo dos tempos e de acordo com as necessidades que vão sentindo. Quais são as suas perspectivas para o futuro, tanto a nível pessoal como empresarial?

As perspectivas futuras são de procurar manter as estruturas existentes com os investimentos possíveis, estando muito atentos à evolução da economia, e aos sinais que vêm do exterior que permitam antever que medidas tomar.

Como pessoa que tem acompanhado nas últimas décadas a evolução da economia nos Açores e na ilha da Graciosa em particular, quais os aspectos mais relevantes que, na sua opinião, marcaram esse processo de desenvolvimento e como perspectiva o futuro dos Açores e da ilha onde desenvolve a sua actividade?

Nas últimas décadas, os aspectos mais marcantes para o desenvolvimento dos Açores foram sem dúvida a melhoria das acessibilidades, e o incremento a nível do ensino. No entanto, ainda muito tem que ser feito, pois continua a haver um desequilíbrio no nível de desenvolvimento entre as 9 ilhas dos Açores.

Penso que de futuro, e a manter-se o actual modelo de desenvolvimento, as ilhas mais pequenas irão ficar muito despovoadas, e com populações muito envelhecidas em detrimento das ilhas maiores. Como medidas estratégicas deve ser dada mais atenção no sentido da nossa auto-sustentabilidade alimentar, recursos hídricos, energéticos e marinhos, contando para isso com a mobilização de todos, e exigindo para tal um papel mais activo da Universidade dos Açores.

O Governo Regional tem prestado uma particular atenção no apoio ao investimento privado. Qual a sua opinião sobre o contributo dos sistemas de incentivos ao investimento na Região?

O papel desempenhado pelos sistemas de incentivos ao investimento na Região, tem sido da maior importância para o actual estado de desenvolvimento da mesma. No entanto, peca pela falta de exigência de resultados da sua aplicação, o que provoca injustiça entre os que investem enquanto empreendedores, como eu me considero, e os oportunistas, e não maximiza a aplicação dos mesmos incentivos. Também devemos considerar a tendência crescente do mercado paralelo, que cada vez mais, e se não forem tomadas medidas no sentido da sua redução a níveis quase imperceptíveis, irá debilitar o tecido de empresas cumpridoras e saudáveis.

Face à sua experiência, é difícil ser-se empreendedor(a) nos Açores. É difícil conseguir que o mercado (quer seja açoriano, quer seja nacional e até mesmo internacional) acredite numa nova empresa ou numa ideia empreendedora com origem nos Açores?

A tal falta de exigência de resultados na aplicação de incentivos ao investimento, aliado à insularidade, ou dupla insularidade no caso das ilhas mais pequenas, é um factor desmotivante ao empreendedorismo nos Açores, apesar de os açorianos serem empreendedores, como prova o facto de haver tantas pequenas empresas a lutar por um mercado que para muitas nem existe.

No entanto o mercado está sempre aberto à novidade, sempre estará receptivo à oferta que considere imprescindível. Com a globalização, uma ideia empreendedora com origem em qualquer lugar poderá dar a volta ao mundo.

GABINETE DO EMPREENDEDOR

Espaço GE

No Espaço Gabinete do Empreendedor encontrará artigos relevantes para empreendedores e empresas, com informações que poderão fazer a diferença, seja na hora de entrar no mundo dos negócios, seja no dia-a-dia da gestão da sua empresa.

Gostaria de ver desenvolvido nesta secção algum assunto relevante? Envie-nos um e-mail para draic@azores.gov.pt

A rede de Gabinetes do Empreendedor é constituída por oito gabinetes que proporcionam um atendimento personalizado e especializado a empresas e empreendedores. Consulte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si para esclarecer dúvidas ou obter informação sobre questões inseridas no ciclo de vida da empresa.

GE São Miguel
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 309 774/296 309 100
Fax: 296 281 088
e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt

GE Santa Maria
Rua Dr. Luís Bettencourt, 92
9580-529 Vila do Porto, Apt. 109
Tel: 296 883 180
Fax: 296 883 181
e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial
Rua Ernesto Rebelo, nº 14
9900-112 Horta
Tel: 292 200 534/292 200 500
Fax: 292 200 533
e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Pico
Rua Capitão-Mor Garcia Gonçalves Madruga, 21
9930-129 Lajes do Pico
Tel: 292679841
Fax: 292679844
e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

GE Terceira
Rua Direita, 72
9700-066 Angra do Heroísmo
Tel/Fax: 295 216 054
e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa
Rua do Castilho, 9
9880-355 Santa Cruz da Graciosa
Tel: 295 712 711
Fax: 295 732 446
e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE São Jorge
Rua da Gruta, s/n
9800-533 Velas de São Jorge
Tel/Fax: 295 432 048
e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Flores
Rua Dr. Armas da Silveira, 1
9970-331 Santa Cruz das Flores
Tel/Fax: 292 592 846
e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

Empreende Jovem Uma ferramenta ao serviço do empreendedorismo jovem

Em Julho de 2010, quatro anos após a publicação do seu antecessor, entrou em vigor o novo Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, uma medida de apoio financeiro à criação de novos negócios, promovidos por jovens empreendedores.

Num contexto em que o financiamento destinado a novas iniciativas empresariais encontra-se fortemente dificultado, esta reformulação profunda do Empreende Jovem veio disponibilizar uma fonte importante de recursos financeiros para projectos e empreendedores que, sem qualquer histórico, veriam o acesso à actividade empresarial vedado e a sua capacidade de planeamento e análise de mercado reduzida a um exercício académico.

Naquele sentido, a alteração mais relevante em relação ao anterior sistema de incentivos consistiu na clarificação e ampliação do âmbito da medida de apoio, sendo agora possível candidatar investimentos em muito mais áreas de actividade económica. Por outro lado, os projectos que contemplem a criação de empresas nos domínios das ciências do mar, da biotecnologia e das tecnologias agro-alimentares, tecnologias da saúde, tecnologias da informação e energias renováveis são valorizados através dum incremento da taxa de incentivo.

Outras mudanças importantes foram a alteração da natureza do incentivo, que passou a estar disponível apenas na forma de subsídio não reembolsável, a lista de majorações com as quais é possível incrementar aquela taxa, bem como a introdução dos mecanismos de adiantamento e antecipação no pagamento dos incentivos, que permitem um menor esforço dos jovens empreendedores no financiamento dos seus projectos.

Âmbito

Podem concorrer ao Empreende Jovem projectos de investimento que promovam a criação de empresas detidas maioritariamente por jovens empreendedores, nos sectores do comércio, indústria, construção, energia, ambiente, armazenagem, turismo, tecnologias da informação e de comunicação, educação, saúde e apoio social, e serviços. Excluem-se as actividades incluídas nas divisões 05 (Extracção de hulha e lenhite), 06 (Extracção de petróleo bruto e gás natural) 07 (Extracção e preparação de minérios metálicos), 09 (Actividades dos serviços relacionados com as indústrias extractivas), 19 (Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis), 49 (Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos), 50 (Transportes por água), 51 (Transportes aéreos) e nas subclasses 20142 (Fabricação de carvão (vegetal e animal) e produtos associados), 52211 (Gestão de infra-estruturas dos transportes terrestres), 52220 (Actividades auxiliares dos transportes por água) e 52230 (Actividades auxiliares dos transportes aéreos), de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), Revisão 3, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007.

Promotores

À semelhança da sua antecessora, esta medida de apoio aceita como promotores empresários em nome individual, sociedades comerciais, cooperativas e estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, desde que detidos maioritariamente por jovens, com idade entre 18 e 35 anos, possuidores da escolaridade obrigatória aplicável. O limite superior é alargado para os 40 anos, sempre que o jovem tenha gozado licença de parentalidade até aos 35 anos.

Condições de acesso dos promotores

As empresas referidas devem estar criadas até 30 dias após a comunicação da decisão da concessão do incentivo. Assim, embora o promotor possa ter sido criado antes da data de candidatura (não podendo ter actividade de exploração até essa data), é possível aguardar pela decisão final para o fazer.

Acresce ainda que devem possuir situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social, bem como dispor de contabilidade organizada.

O Empreende Jovem apenas aceita candidaturas de projectos que originem PME.

Condições de acesso dos projectos

Entre outras condições aplicáveis, os projectos deverão apresentar um valor de investimento em capital fixo compreendido entre €15.000 e €300.000, sendo que devem apresentar todas as rubricas necessárias à sua completa implementação. Os limites de investimento do Empreende Jovem, que compreendem despesas elegíveis e não elegíveis, destinam-se a assegurar que, por um lado, os projectos tenham alguma expressão financeira e, por outro, no que concerne ao capital fixo, tenham uma dimensão moderada.

O sistema prevê ainda algumas condições idênticas a outras medidas de apoio similares, tais como não conterem despesas realizadas antes da entrada da candidatura, excepto adiantamentos até 50% do valor da compra, terem todas as fontes de financiamento asseguradas, incluindo uma participação mínima de 15% por parte do promotor, terem uma duração máxima de execução de três anos e apresentarem viabilidade económico-financeira.

Despesas elegíveis

O artigo mais extenso do Regulamento do Empreende Jovem lista uma série de despesas elegíveis para apoio, que vão desde a construção de edifícios (limitada a 40% do investimento elegível), ou outras obras, passando por máquinas e equipamentos nas mais variadas áreas de produção ou associadas à produção, até despesas com aquisição e/ou registo de propriedade industrial, ou consultoria relacionada com a implementação do projecto.

Despesas não elegíveis

Para além de todas aquelas despesas que não sejam relevantes para o projecto, o Empreende Jovem não apoia a aquisição de terrenos ou edifícios, obras de conservação ou manutenção de infra-estruturas e edifícios, trespasses e direitos de utilização de espaços, juros durante a construção, custos internos de funcionamento da empresa, trabalhos para a própria empresa, fundo de maneio, nem a aquisição de bens em estado de uso.

Natureza e montante do incentivo

Uma vez que o incentivo apenas está disponível na forma de subsídio não reembolsável, a única variável que influencia a taxa a aplicar é a localização do investimento. Assim, as taxas base são de 50% para as ilhas de São Miguel e Terceira, 55% para as ilhas do Faial e Pico e de 60% para as restantes ilhas.

A estas taxas podem ainda ser acrescentadas quatro majorações, somando cada uma 5% à taxa base, sendo que todas são cumuláveis entre si. Estes incrementos dizem respeito a projectos nos domínios das ciências do mar, da biotecnologia e das tecnologias agro-alimentares, tecnologias da saúde, tecnologias da informação e energias renováveis; projectos premiados no Concurso Regional de Empreendedorismo; projectos cujos jovens empreendedores tenham frequentado, com aproveitamento, até ao encerramento do processo, um curso de empreendedorismo, ou sejam titulares de licenciatura cujo plano de curso integre esta formação; e ainda projectos em que o capital é detido em pelo menos 75% por jovens empreendedores.

O valor do incentivo contratado acaba por ser limitado, por um lado, pelos tectos de elegibilidade próprios de algumas despesas, mas por outro, pelos regulamentos

comunitários sobre auxílios estatais, principalmente pelo enquadramento ao nível dos auxílios de minimis e pelo limite máximo de auxílio, indicado em equivalente de subvenção bruta (ESB), constante do mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional para o período de 2007-2013.

Pagamento, antecipação e adiantamento do incentivo

De forma idêntica ao SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores, o novo Empreende Jovem permite o pagamento do incentivo a pedido do promotor e após execução de parte ou da totalidade do investimento. Estes pedidos, em número máximo de quatro, não podem corresponder a menos de 15% do investimento elegível, excepto o último que não pode ser inferior a 20% daquele valor.

Por outro lado, também neste sistema de incentivos é possível recorrer aos mecanismos de antecipação e adiantamento.

No caso de antecipação, o promotor recebe o montante de incentivo correspondente à comparticipação de um investimento previsto no seu projecto, mediante a apresentação da factura respectiva. No prazo de 15 dias após a transferência para a conta do promotor do montante em causa, deve apresentar o respectivo recibo. O não cumprimento daquele prazo inibe o promotor de recorrer novamente ao mecanismo de antecipação. Por outro lado, o não cumprimento da obrigação de apresentar o recibo comprovativo do pagamento inibe o promotor de receber qualquer incentivo, a qualquer título, no âmbito do projecto contratado.

O promotor pode ainda recorrer ao adiantamento do incentivo, até 30% do valor aprovado, mediante a apresentação de garantia bancária de valor idêntico. Nestes casos, o investimento correspondente deve ser executado num prazo máximo de 180 dias.

Apresentação de candidaturas

A apresentação de candidaturas a este sistema de incentivos é realizada em contínuo, não existindo prazos nem fases de candidatura, através de formulário electrónico.

Toda a informação sobre o Empreende Jovem está disponível em www.azores.gov.pt. Este sistema de incentivos foi criado e regulamentado pelo Decreto Legislativo n.º 25/2010/A, de 22 de Julho.

Suspensão temporária de direitos aduaneiros

Foi finalmente publicado no Jornal Oficial da União Europeia o Regulamento que procede à suspensão da aplicação de taxas aduaneiras na importação de determinados produtos.

O regime de suspensão criado pelo Regulamento nº 973/2010, do Conselho, de 25 de Outubro, abrange os sectores agrícola, industrial, da pesca e dos serviços, incluindo os produtos acabados para utilização industrial, as matérias-primas, bem como as peças e componentes utilizados para fins agrícolas, de transformação ou manutenção industrial e a outros serviços.

A suspensão dos direitos da Pauta Aduaneira Comum vigora por um período de dez anos, com início a 1 de Novembro de 2010, dando deste modo aos operadores económicos açorianos uma perspectiva de longo prazo.

Da aplicação da presente suspensão pautal advirá um real benefício económico para as empresas regionais, passível de atenuar os constrangimentos resultantes do seu carácter ultraperiférico, na medida em que se pretende dar às empresas da Região a possibilidade de se abastecerem a preços mais baixos.

Dada a estrutura empresarial da Região, visa-se sobretudo corresponder às necessidades das pequenas e médias empresas e dos agricultores locais, dando-lhes instrumentos para fomentar a sua competitividade e diversificação produtiva, tendo em vista estimular o exercício da actividade económica e estabilizar o emprego a médio prazo.

O regime de suspensão dos direitos aduaneiros que agora entra em vigor, incide sobre um elevado número de códigos pautais, sendo de destacar alguns produtos que assumem grande relevância para os sectores agícola, comercial e industrial, nomeadamente, adubos, ferro e outros produtos siderúrgicos e máquinas e equipamentos para diversos sectores de actividade.

Gala do Empreendedor 2010

"Educação para o Empreendedorismo" foi o tema da palestra proferida por Victor Cardial, Presidente da Direcção da BICS – Associação dos Centros de Empresa e Inovação Portugueses, na Gala do Empreendedor que teve lugar na tarde do passado dia 18 de Novembro, no Salão Nobre do Teatro Micaelense.

A Gala do Empreendedor, já na sua quinta edição, é uma cerimónia onde se pretende atribuir o reconhecimento público aos projectos e seus promotores apresentados no Concurso Regional de Empreendedorismo e que merecem a distinção por parte do júri do concurso, servindo assim de exemplo e de estímulo a novas iniciativas empresariais de elevada qualidade.

A importância da educação para o empreendedorismo, as qualidades que devem fazer parte de um espírito empreendedor e as diferenças existentes entre um empresário e um empreendedor foram alguns dos temas abordados por Victor Cardial, que no seu discurso tentou explicar o comportamento empreendedor e os aspectos relacionados com empreendedorismo.

No seu entender o empreendedorismo contribui para gerar riqueza e consequentemente para o crescimento de um país. Como tal há que apostar, bem cedo, em desenvolver o espírito e iniciativas empreendedoras.

Victor Cardial deixou ainda a ideia de que um país não precisa só de boas condições económicas e estímulo para desenvolver iniciativas empreendedoras. Apesar de serem essenciais para o sucesso de qualquer negócio, estas são características complementares a algo que deve ser muito anterior: a educação empreendedora.

A Gala do Empreendedor contou com a presença do Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro que, ao encerrar aquela cerimónia, chamou a atenção para a capacidade empreendedora de cada um dos jovens presentes dizendo que "o impulso inicial do empreendedorismo não parte de um qualquer governo, mas daquilo que cada um se sente capaz e interessado a desenvolver".

Vasco Cordeiro desafiou a plateia para que aproveitem os mecanismos criados pelo Governo Regional no que respeita a incentivos ao empreendedorismo e disse que "podemos ter muitos programas, muitos sistemas de incentivos, podemos ter gabinetes do empreendedor, educação para o empreendedorismo nas escolas, mas se não existirem empreendedores nada disto vale a pena".

A apresentação dos critérios do Concurso e dos projectos premiados estiveram a cargo do Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Arnaldo Machado. Critérios esses que se definem pela Inovação, Qualidade do Plano de Negócio e Probabilidade de sucesso do negócio no mercado.

Arnaldo Machado recordou durante a cerimónia que o Concurso Regional de Empreendedorismo tem por objectivo estimular a participação dos jovens na actividade económica, através da criação de planos de negócio inovadores, exequíveis e adequados a uma necessidade de mercado.

O primeiro prémio foi atribuído a Bruno Correia, com o projecto "Hydroponics Azores Lda" cujo propósito é a produção e comercialização de alfaces num ambiente em que não há a utilização de terra e que é extensível a outras produções como o morango, rúcula, tomate ou maracujá. Este projecto recebeu igualmente o prémio Millennium BCP atribuído ao melhor projecto apresentado no âmbito da Universidade dos Açores.

O segundo lugar foi atribuído a Tiago Andrade e Catarina Cunha, com o projecto "Lapas Ticas, Lda". Um projecto que tem por objectivo desenvolver a criação e produção em larga escala de lapas, com o fim de inverter a tendência de extinção da espécie.

Já o terceiro lugar foi entregue a Hugo Calado e Marisa Freitas com o projecto "Hydro Azores, Lda." que consiste na produção de tomate e alface, aproveitando as condições ambientais da ilha de Santa Maria, em sistema de cultivo sem solo para o consumo da população residente no arquipélago.

Os prémios atribuídos foram de €5.000 para o projecto vencedor, €4.500 para o segundo lugar e €3.000 para o terceiro classificado.

Qualquer um destes premiados poderá receber um prémio suplementar no valor de €5.000, caso decidam avançar com o projecto nos seis meses subsequentes à entrega dos prémios.

Tendo por objectivo primeiro fazer passar a mensagem de que o espírito empresarial e a promoção de uma cultura empreendedora devem ser incutidos e fomentados junto dos jovens e da sociedade em geral, pode-se mais uma vez considerar como atingidos os propósitos do Concurso Regional de Empreendedorismo.

Empreendedorismo, ideias e negócios

A CCIH – Câmara de Comércio e Indústria da Horta organizou, nos dias 27 e 28 de Outubro, um seminário subordinado ao tema Empreendedorismo – ideias e negócios.

Neste evento, que foi apresentado na Horta e na Madalena do Pico participaram o Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Arnaldo Machado, que apresentou aos participantes o recentemente renovado Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ainda Paulo Carreiro, coordenador da rede de Gabinetes do Empreendedor, também daquela Direcção Regional, que levou aos presentes algumas informações sobre a importância do empreendedorismo e da sua aplicação ao mundo dos negócios.

O Director Regional salientou "a importância da renovação do tecido empresarial, através da inovação e do incremento da competitividade", referindo ainda que "o Empreende Jovem dará um contributo importante no sentido de garantir que aquela renovação aconteça também pelas mãos dos jovens, através da criação de novos projectos empresariais".

Tanto o evento que decorreu no Hotel Fayal, como aquele que aconteceu no Salão Nobre da Câmara Municipal da Madalena, o qual contou também com a colaboração da ACIP - Associação Comercial e Industrial do Pico, atraíram uma plateia numerosa, que aproveitou a oportunidade para interpelar os dois oradores sobre os temas em discussão.

Empreendedorismo e desenvolvimento local no feminino

O empreendedorismo e o mundo dos negócios, particularmente o feminino, estiveram em debate num evento promovido pela CRESAÇOR, Cooperativa Regional de Economia Solidária.

Tendo como principais objectivos a promoção do espírito empreendedor e do desenvolvimento local, como resposta aos problemas das comunidades, pretendeu-se ainda com este encontro difundir a importância do papel da mulher na sociedade, bem como promover a igualdade de oportunidades.

Ao longo do dia 30 de Setembro de 2010 os participantes tiveram oportunidade de ouvir e debater as intervenções de várias organizações, distribuídas por quatro painéis que se iniciaram com As Políticas de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local, seguido dos Modelos inovadores de suporte ao empreendedorismo feminino. Na parte da tarde foi ainda possível debater as Práticas de empreendedorismo e desenvolvimento local no feminino e conhecer alguns casos de sucesso de mulheres empreendedoras.

Este seminário, que decorreu no Laboratório Regional de Engenharia Civil em Ponta Delgada, serviu ainda para apresentar publicamente as acções de sensibilização Promover o Empreendedorismo, Igualar Oportunidades, que, nos meses de Outubro e Novembro, levaram técnicos da CRESAÇOR, da Direcção Regional para a Igualdade de Oportunidades e da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade a todas as ilhas açorianas, excepto ao Corvo, onde tiveram oportunidade de entrar em contacto com várias pessoas interessadas, desde técnicos de acção social, até desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Seminário Internacional: Coesão, Território e Economia

Numa organização da ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, com apoio das Secretarias Regionais da Economia, da Ciência, Tecnologia e Equipamento e do Trabalho e Solidariedade Social, decorreu de 4 a 6 de Novembro o Seminário Internacional – Coesão, Território e Economia.

Tendo por tema a interligação entre a competitividade global e a coesão económica, social e territorial, com vista à promoção da inclusão social nas Regiões, o Seminário teve como objectivo debater como fomentar o desenvolvimento social e local, em particular nas regiões ultraperiféricas, por intermédio de abordagens territoriais de promoção da competitividade e coesão tendo por base parcerias de nível local, nacional e europeu.

Durante os dois dias e meio em que decorreu o Seminário, os oradores debateram diversas questões chave, como sejam: Que medidas de política regional de desenvolvimento económico e territorial poderão ter sucesso na luta contra a pobreza? Qual o papel da inovação social na definição de estratégias territoriais para a inclusão social? Que articulações promover entre as políticas económicas e sociais que potenciem a competitividade global nos diferentes territórios? Que competências gerais a apreender pelos actores locais que promovam a competitividade e a coesão social?

Aquelas questões foram abordadas por diferentes painéis, designadamente Painel I – Território, Economia e Coesão Social, Painel II – A Economia na Articulação entre a Competitividade e a Coesão Social, Painel III – Território – Competitividade Global e Coesão Social, Painel IV – Processos de Animação Territorial e Estratégia Empresarial para a Autonomia, e Painel V – Território – Economia Solidária e Competitividade Global e Coesão Social.

Inserida no Painel I - Território, Economia e Coesão Social, destaque para a intervenção de Brígida Brito, da Universidade Autónoma de Lisboa, que na abordagem ao tema "Especificidades das Economias Insulares. O Exemplo dos Açores" salientou as potencialidades das Pequenas "Ilhas", como a diversidade paisagística, a existência de áreas protegidas, a biodiversidade, a existência de comunidades ancestrais e de culturas tradicionais, bem como de alguns constrangimentos como limites da sua dimensão, "fechamento" territorial *versus* dependência, instabilidade e incerteza produtivas, custos acrescidos de produção e de transporte, ou reduzido investimento. A finalizar deixou uma nota positiva relativa à extraordinária capacidade de adaptação e inovação das comunidades insulares, à sua grande determinação e capacidade de ultrapassarem as adversidades, ao seu papel como pontos avançados de um modelo de desenvolvimento e de vida sustentáveis e à sua aptidão para se solidarizarem entre si e valorizarem a sua diversidade.

Ainda no Painel I, destaque também para a intervenção de Marjorie Jouen, Adjunta do Chefe de Gabinete do Presidente do Comité das Regiões, que referiu que as questões ligadas à coesão territorial tiveram inicialmente alguma resistência de alguns Estados-membros, mas que ganhou forte aceitação nos últimos dez anos quando se tornou evidente a necessidade para a União Europeia de uma maior coesão social, económica e territorial, exigindo inclusive uma maior coordenação entre as políticas nacionais e comunitárias.

Ainda um último destaque para a intervenção de Emma Clarence, da OCDE, que começou por referir que o crescimento económico não conduz por si só à resolução de problemas sociais, sendo necessárias políticas específicas. Apontou como áreas de intervenção a ter em conta, o investimento local, a aposta no capital humano (que salientou como aspecto central), no empreendedorismo e na inovação social, através de novas estratégias e ideias, bem como nos aspectos organizacionais. De referir ainda que, na sua opinião, são questões que só têm resultados a longo prazo, necessitando de um apoio constante e persistente.

O Seminário Internacional - Coesão, Território e Economia contou na sessão de abertura com a presença do Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Dr. Arnaldo Machado, em representação do Secretário Regional da Economia, da Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Paula Ramos e da Presidente da direcção da ACEESA, Dr.ª Catarina Borges, tendo sido encerrado pelo Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, Dr. José Contente, e pelo Presidente do Concelho Científico da ACEESA, Professor Rogério Roque Amaro.

Água das Lombadas volta a estar disponível

Foi publicada em Outubro passado a autorização para abertura do procedimento de contratação pública para adjudicação da concessão da exploração da água mineral natural conhecida por "Água das Lombadas".

Este recurso, que volta a estar disponível para exploração após uma suspensão de mais de 12 anos, devida a um deslizamento de terras que, em 1998, destruiu a unidade industrial de armazenamento que operava no local da captação, em São Miguel, foi explorado pela primeira vez em 1896, altura em que foi assinado o despacho ministerial determinando a concessão da licença provisória para explorar as nascentes de água minero-medicinal das Lombadas.

Tal como acontece com todos os recursos hidrominerais da Região, esta água, por fazer parte do domínio público, pode ser alvo de prospecção, pesquisa e exploração, mediante a celebração de contratos administrativos. A Resolução do Conselho do Governo n.º 151/2010, publicada no Jornal Oficial a 26 de Outubro de 2010, veio delegar no Secretário Regional da Economia as competências necessárias à abertura de um concurso para adjudicação desta concessão.

EXPOTERCEIRA

A inovação esteve em destaque na ilha Terceira, num certame que se realizou de 21 a 24 de Outubro. Ao longo dos quatro dias desta mostra de actividades económicas, para além dos vários stands disponíveis, os visitantes puderam ainda participar em demonstrações, workshops e palestras, todos relacionados com o tema de cada dia: inovação & energia, inovação & tecnologia, inovação & degustação e inovação & moda.

Coube ao Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, em nome do Presidente do Governo Regional, a abertura desta feira. Arnaldo Machado congratulou os presentes pela dinâmica empresarial demonstrada naquele evento, afirmando mesmo que essa atitude poderia ser alargada a outras áreas, uma vez que "perante a reduzida dimensão do nosso tecido empresarial, as empresas, isoladamente, dificilmente conseguirão impor-se num mercado cada vez mais exigente e agressivo". O Director Regional afirmou ainda que as acções de cooperação ao nível das empresas permitem a redução de custos e a detecção e aproveitamento de oportunidades de mercado.

A propósito do tema central daquela exposição, a inovação, Arnaldo Machado constatou que as vantagens competitivas das empresas continuam a deslocar-se para aspectos ligados ao conhecimento, à criatividade e à inovação, tendo afirmado que a inovação empresarial é um imperativo para que as empresas adquiram e mantenham aquelas vantagens.

Este dirigente finalizou a intervenção afirmando que "o funcionamento da economia, em que a intervenção do Estado deve assumir um carácter supletivo, exige uma maior responsabilização das estruturas representativas dos agentes económicos", sendo assim fundamental que seja estabelecido "um diálogo atento e construtivo entre empresas, associações empresariais e Governo Regional, já que maiores serão as garantias de sucesso, quanto maior for o envolvimento de todos os actores".

Qualidade. Mar de oportunidades

A Associação Portuguesa para a Qualidade organizou nos dias 11 e 12 de Novembro, em Ponta Delgada, o 3.º Colóquio Nacional da Qualidade, realizado pela primeira vez nos Açores.

O primeiro dia deste encontro contou com a presença de Marc Duhem, Presidente da EFQM, que realizou uma apresentação intitulada ***Using the EFQM Model to align organisations on strategic issues.*** Também presentes estiveram Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (Açores), que discursou sobre a Q***ualidade: competitividade e sustentabilidade (a Política de Qualidade da RAA)*** e Isabel Rodrigues, Directora Regional do Comércio, Indústria e Energia (Madeira), que partilhou com os participantes a visão da Madeira no caminho da qualidade e da excelência.

Na tarde do dia 11 foram realizadas visitas técnicas à Central Geotérmica do Pico Vermelho (Aproveitamento de recursos geotérmicos), à Direcção dos Aeroportos dos Açores da ANA, SA (Sistema Integrado do Aeroporto de Ponta Delgada), à empresa Picos de Aventura (Certificação na área de serviços turísticos), ao Hospital do Divino Espírito Santo (o percurso da qualidade de um hospital acreditado pelo CHKS) e à empresa Bel Portugal (International Food Standard).

Na manhã do segundo dia do colóquio foi possível escolher entre as várias sessões paralelas disponíveis, que abrangeram temas variados, desde a Gestão do risco, até à Responsabilidade e inovação sociais, passando por áreas como a Qualidade no turismo ou no sector alimentar.

Após uma pausa para o almoço, o encontro prosseguiu com uma mesa redonda moderada por Pedro Saraiva, com o tema Percursos de excelência, em que intervieram David Tavares, CEO da GlobeStar Systems e João Santos, Vice-Presidente do Federal Reserve Bank of New York.

A última apresentação do dia coube a Langdon Morris, Partner da InnovationsLabs, que explicou aos presentes *What is innovation culture, and why is it important to success*.

Estatísticas

Neste número da €mpreender fazemos uma actualização dos números do SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores. Os números são referentes a 23 de Dezembro de 2010.

Incluímos ainda alguns dados do Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais dos Açores. Os números são referentes a 30 de Novembro de 2010.

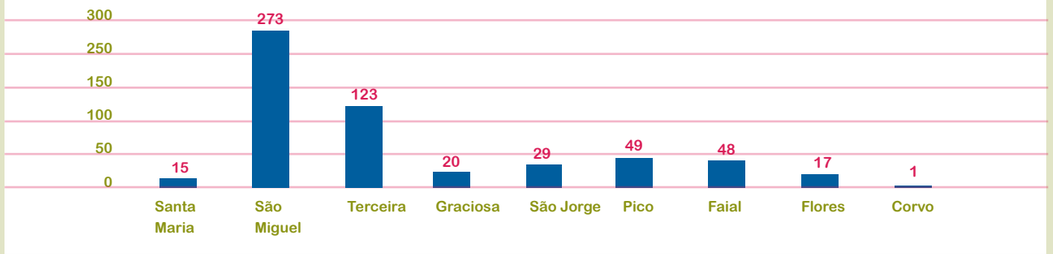
SIDER

O SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores constitui o quadro legal de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao sector empresarial açoriano, para o período de 2007-2013, cuja finalidade é conferir à economia regional os adequados índices de competitividade, indutores de um crescimento económico sustentável.

O SIDER tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, através de um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e competitividade das empresas.

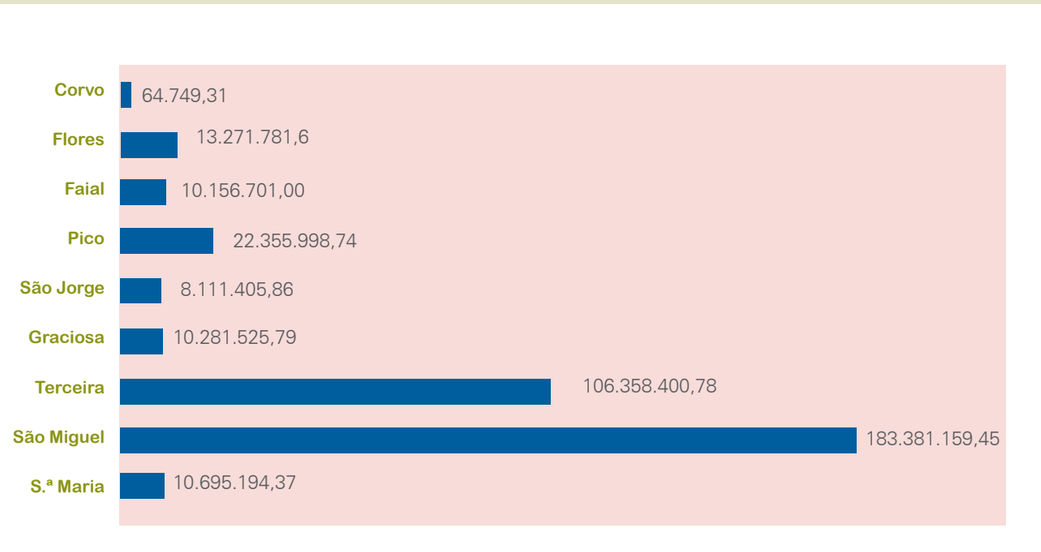
Este sistema é constituído pelos Subsistemas de Apoio ao Desenvolvimento Local (DLA – Mercado Local, DLB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento do Turismo (DTA – Investimento em Capital Fixo, DTB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento Estratégico (DEE) e Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (DQI).

Número de candidaturas por ilha



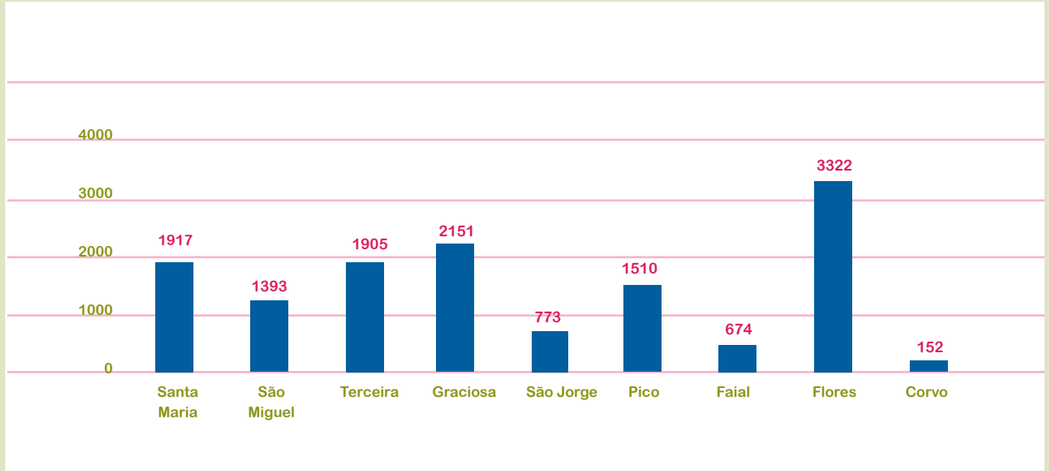
A ilha de São Miguel acolheu até esta data 273 das 497 candidaturas ao SIDER. No outro extremo da tabela encontra-se a ilha do Corvo, com apenas uma candidatura submetida a este sistema de incentivos.

Investimento candidato por ilhas €



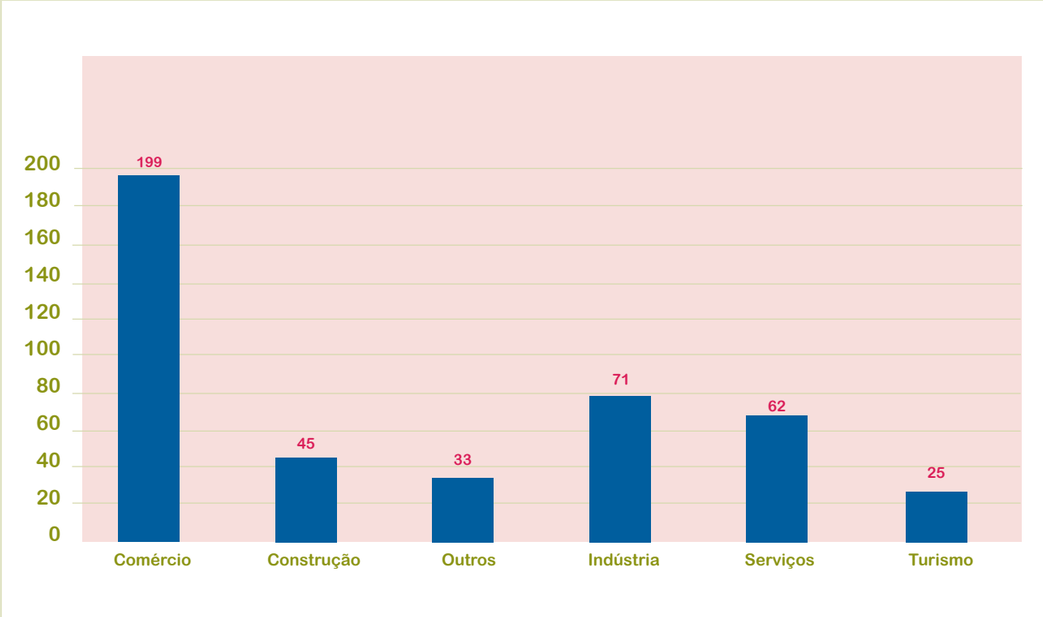
Reflexo dos números anteriores, a maior ilha do arquipélago concentra 50,3% dos mais de 364 milhões de euros candidatados.

Investimento candidatado por ilha *per capita*



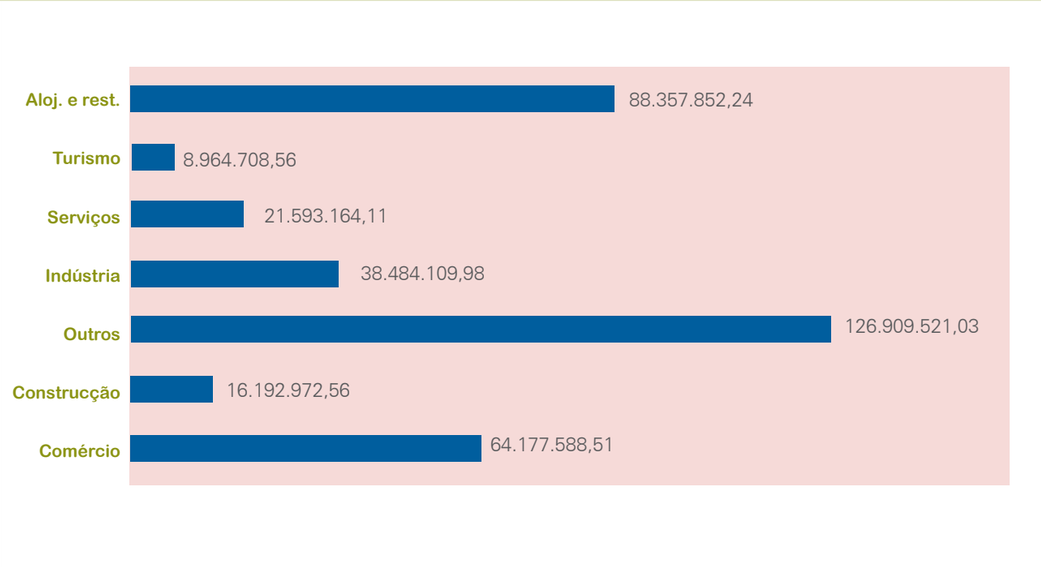
Contudo, é na ilha das Flores que o investimento programado tem mais impacto sobre cada um dos seus habitantes, seguida pela Graciosa.

Número de candidaturas por sector



O sector do comércio continua a ser responsável pelo maior número de candidaturas, seguido pela indústria.

Investimento candidatado por Sector

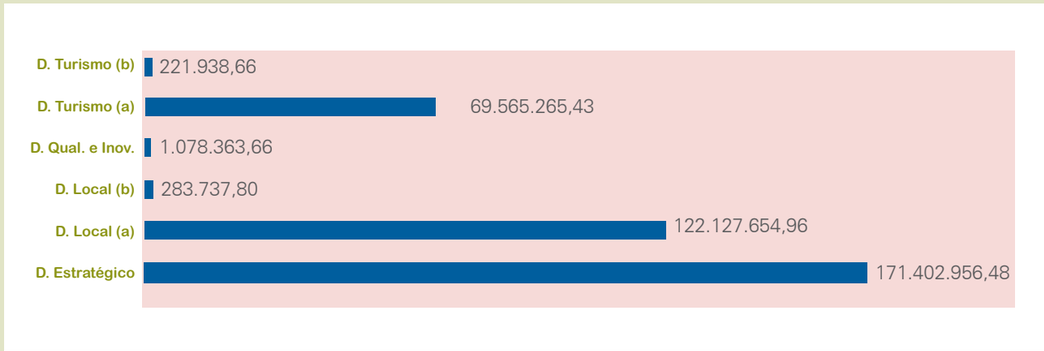


Em relação ao investimento candidatado por sector, o Alojamento e Restauração destaca-se, com mais de €88 milhões candidatados, seguido pelo Comércio, que ultrapassa a fasquia dos €64 milhões.

Número de candidaturas por subsistema

No que concerne ao desempenho de cada uma das medidas de apoio, nas várias tipologias aceites, as candidaturas DLA destacam-se claramente das restantes categorias, sendo seguidas pelos investimentos em capital fixo do sector do turismo.

Investimento candidatado por subsistema

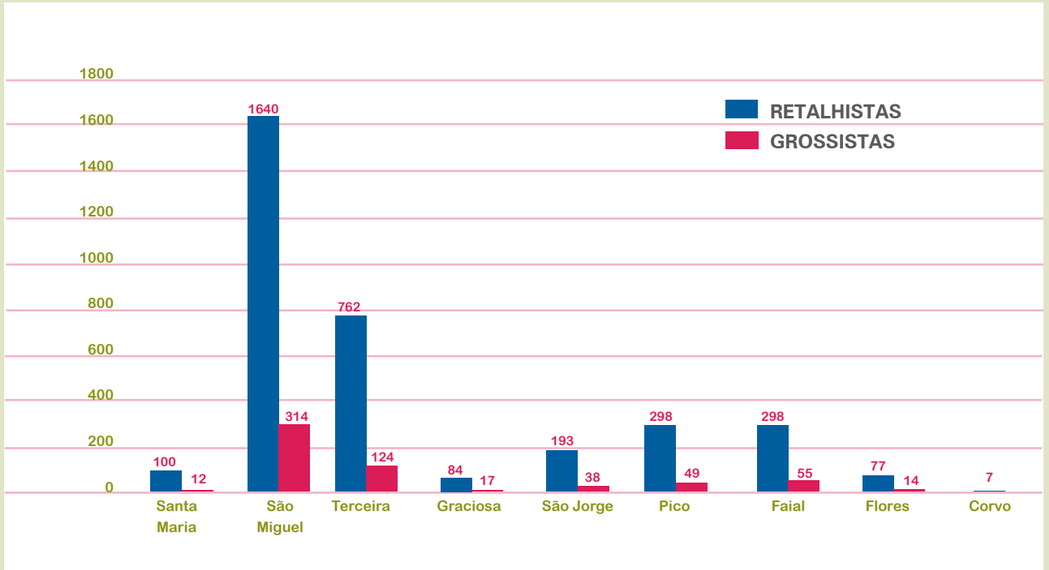


A relação anterior mantém-se quando analisamos o investimento candidatado a cada medida de apoio, contudo, ambas as tipologias são ultrapassadas pelos projectos candidatados ao Desenvolvimento Estratégico, que, pela sua natureza, apresentam valores de investimento muito superiores aos restantes.

Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais da Região Autónoma dos Açores

O Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais foi criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/93/A, de 18 de Dezembro, e regulamentado pela Portaria nº 1/2003, de 2 de Janeiro.

Nesta data, estão registados no Cadastro dos Estabelecimentos Comerciais 4.082 estabelecimentos comerciais distribuídos pelas 9 ilhas açorianas, conforme é apresentado no gráfico seguinte:



O número de empresas titulares destes estabelecimentos ascende a 3.068. A relação número de estabelecimentos/número de empresas, que permite aferir a distribuição dos estabelecimentos pelas empresas, é, em termos médios regionais de 1,33.

Os estabelecimentos retalhistas predominam com cerca de 85% do total dos estabelecimentos registados enquanto os grossistas apresentam um valor menos significativo na ordem dos 15%.

	RETALHISTAS	GROSSISTAS	TOTAL	%
Stª Maria	100	12	112	2,74
S.Miguel	1.640	314	1.954	47,87
Terceira	762	124	886	21,71
Graciosa	84	17	101	2,47
S.Jorge	193	38	231	5,66
Pico	298	49	347	8,50
Faial	298	55	353	8,65
Flores	77	14	91	2,23
Corvo	7		7	0,17
TOTAL	3.459	623	4.082	100,00

Na repartição dos estabelecimentos comerciais por escalões de superfície de venda é notória a pequena dimensão das unidades comerciais, onde 59 % não ultrapassam os 100 m^2.

Por outro lado, apenas 8,6% dos estabelecimentos comerciais apresentam áreas superiores a 500 m^2.

	até 100 m2	100 a 500 m2	mais 500 m2	TOTAL
Stª Maria	65	39	8	112
S.Miguel	1.068	699	187	1.954
Terceira	534	235	117	886
Graciosa	62	35	4	101
S.Jorge	168	59	4	231
Pico	210	119	18	347
Faial	250	93	10	353
Flores	55	31	5	91
Corvo	5	2	0	7
TOTAL	2.417	1.312	353	4.082

Outra informação fundamental no conhecimento do sector comercial regional prende-se com o número de pessoas ao serviço. Com efeito, 75% dos estabelecimentos comerciais empregam até 3 pessoas.

	até 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	mais de 20	TOTAL
Stª Maria	86	10	9	6	1	112
S.Miguel	1.387	236	206	83	42	1.954
Terceira	657	86	76	47	20	886
Graciosa	79	14	7	1	0	101
S.Jorge	204	13	13	0	1	231
Pico	294	28	13	8	4	347
Faial	281	39	26	6	1	353
Flores	74	9	5	1	2	91
Corvo	7	0	0	0	0	7
TOTAL	3.069	435	355	152	71	4.082

Efectuada uma apreciação quanto à natureza jurídica das empresas com sede na Região titulares de estabelecimentos comerciais, constata-se que predomina o empresário em nome individual e a sociedade por quotas em relação às restantes, respectivamente com 51% e 39% das empresas sediadas nos Açores.

Nas empresas com sede fora dos Açores, que no total atingem 73 empresas, a forma jurídica predominante é a sociedade por quotas, com 38 empresas, logo seguida pela sociedade anónima com 24 unidades empresariais.

	Nome Individual	Soc. Anónima	Soc. Por Quotas	Cooperativas	Outras	TOTAL
Stª Maria	38	0	33	1	10	82
S.Miguel	602	16	621	15	123	1.377
Terceira	370	7	262	9	34	682
Graciosa	57	0	18	2		77
S.Jorge	97	1	59	5	10	172
Pico	188	0	60	3	17	268
Faial	138	1	106	2	17	264
Flores	44	1	18	1	3	67
Corvo	6	0	0	0	0	6
SUB TOTAL	1.540	26	1.177	38	214	2.995
Madeira	0	0	2	0	0	2
Continente	2	24	36	0	9	71
SUB TOTAL	2	24	38	0	9	73
TOTAL GERAL	1.542	50	1.215	38	223	3.068

A dimensão das empresas também pode ser aferida pelo número dos estabelecimentos comerciais que possuem. Assim, com um estabelecimento estão 2.557 empresas correspondentes a 83% enquanto apenas 34 empresas possuem mais de 6 estabelecimentos.

	1	2	3 a 5	mais de 6	TOTAL
Stª Maria	67	13	2	0	82
S.Miguel	1.134	146	76	21	1.377
Terceira	570	72	33	7	682
Graciosa	71	2	4	0	77
S.Jorge	145	18	8	1	172
Pico	233	27	8	0	268
Faial	216	30	15	3	264
Flores	56	8	2	1	67
Corvo	6	0	0	0	6
SUB TOTAL	2.498	316	148	33	2.995
Madeira	1	1	0	0	2
Continente	58	9	3	1	71
SUB TOTAL	59	10	3	1	73
TOTAL GERAL	2.557	326	151	34	3.068

Os 4.082 estabelecimentos registados na base de dados do cadastro dos estabelecimentos comerciais empregam 15.197 pessoas e ocupam uma área de 1.027.072 m2.

	Nº Estab.	Retalhistas	Grossistas	Pessoas ao serviço	Área ocupada
Stª Maria	112	100	12	359	20.053
S.Miguel	1.954	1.640	314	8.316	549.170
Terceira	886	762	124	3.655	292.093
Graciosa	101	84	17	236	15.115
S.Jorge	231	193	38	484	25.702
Pico	347	298	49	883	61.613
Faial	353	298	55	1.006	45.671
Flores	91	77	14	250	17.125
Corvo	7	7	0	8	530
TOTAL	4.082	3.459	623	15.197	1.027.072

	Valor
Nº Estab.	4.065
Nº Empresas dos Açores	2.987
Nº Empresas da Madeira e Continente	73
Área ocupada m2	1.013.736
Pessoas ao serviço	15.121
Pessoas ao serviço/Sector Terciário %	21,23
Pessoas ao serviço/População Empregada %	13,69
População Total/Estabelecimentos	60,46
Rácio Estabelecimentos/Empresas	1,33

As pessoas ao serviço no sector terciário, a população empregada e a população total, são dados do 3º trimestre 2010 do SREA

Norberto Diver

Associação de Turismo dos Açores

Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO AO
INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE

€mpreender